



Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade



Notas Explicativas

4º Trimestre de 2025

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DA AUTARQUIA.....	3
2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR	4
3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	5
4. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS NOTAS EXPLICATIVAS.....	12
5. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS	14
6. ALTERAÇÕES DE PRÁTICAS CONTÁBEIS	17
7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	19
7.1 BALANÇO PATRIMONIAL (BP)	19
Nota 1 – Créditos a Curto Prazo	19
Nota 2 - Estoques a Curto Prazo	19
Nota 3 – Ativo Realizável a Longo Prazo	20
Nota 4 – Imobilizado	21
Nota 5 – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	23
Nota 6 – Resultados Acumulados.....	24
Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores.....	24
7.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO).....	25
Nota 8 – Receitas Correntes	25
Nota 9 – Resultado Orçamentário.....	25
Nota 10 – Despesas Correntes.....	25
7.3 BALANÇO FINANCEIRO (BF)	26
Nota 11 - Deduções da Receita Orçamentária	26
Nota 12 - Transferências Financeiras Recebidas	27
Nota 13 - Transferências Financeiras Concedidas	28
7.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)	28
Nota 14 – Transferências e Delegações Recebidas.....	28
Nota 15 - Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos.....	29
Nota 16 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	29
Nota 17 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.....	30
Nota 18 – Transferências e Delegações Concedidas.....	31
Nota 19 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	31
Nota 20 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.....	32

1. APRESENTAÇÃO DA AUTARQUIA

Em 22 de fevereiro de 1989 foi promulgada a Lei nº 7.735, que cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), integrando a gestão ambiental no país. Até então, havia várias instituições no governo federal com diferentes visões, muitas vezes contraditórias, para tratar sobre o tema. A responsável pelo trabalho político e de gestão era a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada ao Ministério do Interior. A Sema teve papel de articulação muito importante na elaboração da Lei 6938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em vigor até hoje. A lei estabelece o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), único com poder de legislar. A PNMA foi um grande avanço. Quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, essa lei foi a única a ser recepcionada na íntegra. Por outro lado, sua efetivação foi construída aos poucos.

Missão

Proteger o meio ambiente, combater a crise climática, garantir qualidade ambiental e a conservação da biodiversidade, assegurando condições para o desenvolvimento socioambiental do Brasil.

Visão de futuro

Ser uma instituição de estado forte e eficiente, para enfrentar as crises do clima, da biodiversidade e da poluição, por meio da redução do desmatamento e dos incêndios, bem como para garantir a qualidade ambiental e a promoção do desenvolvimento socioambiental no Brasil.

Valores organizacionais

1. Comprometimento com a sociedade e com o planeta: atender as necessidades da sociedade de forma ágil e inovadora, levando em consideração as necessidades das comunidades locais e povos originários;
2. Cooperação e unidade: promover a cooperação e unidade como princípios de integração entre todas as áreas da instituição para alcançar a missão institucional e os objetivos estratégicos;
3. Integridade na conduta: agir com princípios e ética, de forma a promover uma gestão transparente e responsável, e assegurar o interesse público;
4. Valorização profissional: apoiar, reconhecer, capacitar e incentivar os servidores, de modo a valorizar as suas realizações e promover seu crescimento profissional;
5. Orientação por dados e ciência: adotar uma abordagem orientada por dados e conhecimento científico, para embasar decisões e ações da organização, bem como difundir conhecimento sobre o meio ambiente;
6. Foco em resultados de impacto: atuar de forma planejada, integrada e objetiva, com foco nos objetivos, metas de impacto, visando gerar valor socioambiental.

2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração se refere às demonstrações contábeis e suas notas explicativas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama - Órgão 20701, referentes ao 4º Trimestre de 2025, refletindo a conformidade contábil, sendo pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, estabelecidas no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

As Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e suas Notas Explicativas), encerradas em 31 de dezembro de 2025, obtidas do SIAFI, estão, em seus aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual SIAFI e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 11ª Edição (MCASP), EXCETO no que tange às ressalvas a seguir:

1. Inconsistência na depreciação dos bens móveis. Considerando que o Siads ainda não foi totalmente implantado em todas as unidades, existe divergências nos saldos de depreciação dos bens móveis motivado pela transição dos sistemas de controle. Serão providenciados os levantamentos de informações e as compatibilizações dos saldos à medida que o sistema for sendo implantado;
2. Inconsistência no saldo de bens móveis em relação aos controles patrimoniais. Considerando que o SIADS ainda está em processo de implantação em algumas unidades, existem divergências, conforme detalhado na Tabela 7: Conciliação Patrimônio x Siafi em R\$ presente na Nota 4 – Imobilizado. Além disso, não foram concluídos os inventários em tempo hábil antes do encerramento do exercício;
3. Inconsistência em relação ao registro de dívida ativa não tributária. Devido ao encerramento do contrato com o Serpro, o sistema utilizado para obter as informações não foi mais atualizado a partir de meados de outubro de 2025. Já foi contratada a nova empresa e está em processo de implantação do novo sistema.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2026
Roberto Freitas Freire de Souza
CRC nº 020582/O
Contador Responsável

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

ATIVO	NE	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante		566.002.498,12	457.480.173,32
Caixa e Equivalentes de Caixa		504.832.393,08	384.660.882,61
Créditos a Curto Prazo	1	60.557.689,55	72.011.955,51
Estoques a Curto Prazo	2	612.415,49	807.335,20
Ativo Não Circulante		1.161.948.487,36	988.634.445,59
Ativo Realizável a Longo Prazo	3	296.252.874,92	173.213.861,64
Imobilizado	4	844.642.992,18	800.209.055,69
Intangível		21.052.620,26	15.211.528,26
TOTAL DO ATIVO		1.727.950.985,48	1.446.114.618,91
PASSIVO			
Passivo Circulante		253.054.649,07	200.387.028,77
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		97.324.293,89	73.513.287,51
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		1.661.301,45	4.628.608,50
Demais Obrigações a Curto Prazo	5	154.069.053,73	122.245.132,76
Passivo Não Circulante		-	-
Patrimônio Líquido		1.474.896.336,41	1.245.727.590,14
Reservas de Capital		70.000,00	70.000,00
Demais Reservas		97.831.404,02	76.661.296,98
Resultados Acumulados	6, 7	1.376.994.932,39	1.168.996.293,16
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.727.950.985,48	1.446.114.618,91

Fonte: SIAFI

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)

Em Reais

ATIVO	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Financeiro	504.832.393,08	384.660.882,61
Ativo Permanente	1.223.118.592,40	1.061.453.736,30
TOTAL DO ATIVO	1.727.950.985,48	1.446.114.618,91
PASSIVO		
Passivo Financeiro	504.072.901,40	465.055.260,09
Passivo Permanente	12.326.152,70	8.928.147,83
TOTAL DO PASSIVO	516.399.054,10	473.983.407,92
SALDO PATRIMONIAL	1.211.551.931,38	972.131.210,99

Fonte: SIAFI

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
(Lei nº 4.320/1964)

Em Reais

	31/12/2025	31/12/2024
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	33.356.215,45	22.423.698,22
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	33.356.215,45	22.423.698,22
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	20.880.311,53	25.354.373,23
Obrigações Contratuais	1.693.574.660,39	419.088.086,46
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.714.454.971,92	444.442.459,69

Fonte: SIAFI

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
(Lei nº 4.320/1964)

Em Reais

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-88.821.170,73
Recursos Vinculados	89.580.662,41
Dívida Pública	-422.174,13
Fundos, Órgãos e Programas	90.002.836,54
TOTAL	759.491,68

Fonte: SIAFI



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em Reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
Receitas Correntes	8	844.561.898,00	844.561.898,00	937.774.322,06	93.212.424,06
Receitas Tributárias		513.126.165,00	513.126.165,00	408.668.858,52	-104.457.306,48
Receita Patrimonial		14.292.294,00	14.292.294,00	11.114.702,06	-3.177.591,94
Receitas de Serviços		168.749.241,00	168.749.241,00	205.542.330,83	36.793.089,83
Transferências Correntes		-	-	38.583.731,94	38.583.731,94
Outras Receitas Correntes		148.394.198,00	148.394.198,00	273.864.698,71	125.470.500,71
Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		844.561.898,00	844.561.898,00	937.774.322,06	93.212.424,06
DÉFICIT	9			1.283.721.189,26	1.283.721.189,26
TOTAL				2.221.495.511,32	1.376.933.613,32
Créditos Adicionais Abertos			329.439.028,00		-329.439.028,00
Superavit Financeiro			121.963.081,00		
Excesso de Arrecadação			48.570.932,00		
Créditos Cancelados			158.905.015,00		

Fonte: SIAFI

Em Reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
Despesas Correntes	10	1.958.536.964,00	2.227.690.660,00	2.146.750.024,22	2.011.779.320,87	1.868.647.192,62	80.940.635,78
Pessoal e Encargos Sociais		1.240.168.617,00	1.402.598.612,00	1.396.328.821,52	1.393.978.001,99	1.273.042.466,37	6.269.790,48
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		718.368.347,00	825.092.048,00	750.421.202,70	617.801.318,88	595.604.726,25	74.670.845,30



Despesas de Capital	12.603.160,00	77.170.030,00	74.745.487,10	6.556.749,89	6.462.788,73	2.424.542,90
Investimentos	12.603.160,00	77.170.030,00	74.745.487,10	6.556.749,89	6.462.788,73	2.424.542,90
Reserva de Contingência	175.161.898,00	170.880.360,00	-	-	-	170.880.360,00
TOTAL	2.146.302.022,00	2.475.741.050,00	2.221.495.511,32	2.018.336.070,76	1.875.109.981,35	254.245.538,68

Fonte: SIAFI

QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Em Reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Despesas Correntes	47.805.990,51	134.911.264,14	90.922.390,05	90.448.960,88	49.813.549,84	42.454.743,93
Pessoal e Encargos Sociais	-	587.524,56	389.984,15	389.984,15	-	197.540,41
Outras Despesas Correntes	47.805.990,51	134.323.739,58	90.532.405,90	90.058.976,73	49.813.549,84	42.257.203,52
Despesas de Capital	1.796.948,47	89.082.471,09	72.179.222,01	70.890.457,97	496.547,84	19.492.413,75
Investimentos	1.796.948,47	89.082.471,09	72.179.222,01	70.890.457,97	496.547,84	19.492.413,75
TOTAL	49.602.938,98	223.993.735,23	163.101.612,06	161.339.418,85	50.310.097,68	61.947.157,68

Fonte: SIAFI



QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Em Reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Despesas Correntes	235.865,99	110.947.362,17	110.901.901,37	10.690,60	270.636,19
Pessoal e Encargos Sociais	-	88.536.982,86	88.533.697,89	3.284,97	0,00
Outras Despesas Correntes	235.865,99	22.410.379,31	22.368.203,48	7.405,63	270.636,19
Despesas de Capital	-	359.375,92	359.375,92	-	0,00
Investimentos	-	359.375,92	359.375,92	-	0,00
TOTAL	235.865,99	111.306.738,09	111.261.277,29	10.690,60	270.636,19

Fonte: SIAFI

BALANÇO FINANCEIRO

Em Reais

INGRESSOS	NE	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Orçamentárias		937.774.322,06	1.078.692.180,11
Recursos Não Vinculados		-	-
Recursos Vinculados		948.193.663,00	1.079.486.753,45
(-) Deduções da Receita Orçamentária	11	-10.419.340,94	-794.573,34
Transferências Financeiras Recebidas	12	4.876.176.166,74	4.209.774.999,57
Resultantes da Execução Orçamentária		3.864.876.033,96	3.436.450.921,78
Independentes da Execução Orçamentária		1.011.300.132,78	773.324.077,79
Recebimentos Extraorçamentários		1.107.305.333,73	1.218.021.757,46
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		143.226.089,41	110.172.563,76
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		203.159.440,56	223.993.735,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		474.773.250,25	460.572.170,11
Outros Recebimentos Extraorçamentários		286.146.553,51	423.283.288,36
Saldo do Exercício Anterior		384.660.882,61	305.986.831,86
Caixa e Equivalentes de Caixa		384.660.882,61	305.986.831,86
TOTAL		7.305.916.705,14	6.812.475.769,00
DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias		2.221.495.511,32	2.007.611.365,09
Recursos Não Vinculados		925.197.957,38	1.266.274.497,06
Recursos Vinculados		1.296.297.553,94	741.336.868,03
Transferências Financeiras Concedidas	13	3.846.938.535,43	3.858.177.555,03
Resultantes da Execução Orçamentária		2.000.241.561,79	1.799.538.046,69
Independentes da Execução Orçamentária		1.846.696.973,64	2.058.639.508,34
Pagamentos Extraorçamentários		732.650.265,31	562.025.966,27
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		111.261.277,29	89.650.347,19
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		161.339.418,85	68.741.180,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		459.211.495,88	403.634.438,61
Outros Pagamentos Extraorçamentários		838.073,29	-
Saldo Para o Exercício Seguinte		504.832.393,08	384.660.882,61
Caixa e Equivalentes de Caixa		504.832.393,08	384.660.882,61
TOTAL		7.305.916.705,14	6.812.475.769,00

Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Em Reais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	31/12/2025	31/12/2024
Variações Patrimoniais Aumentativas		9.056.448.082,03	6.454.716.670,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		587.141.567,87	559.617.738,70
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		205.577.593,44	161.762.646,38
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-32.697,62	158.848,97
Transferências e Delegações Recebidas	14	4.946.590.509,30	4.237.215.403,87
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	15	2.319.868.262,76	743.874.282,42
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	16	997.302.846,28	752.087.749,83
Variações Patrimoniais Diminutivas		8.879.720.523,81	7.046.216.472,64
Pessoal e Encargos		780.845.885,40	659.889.233,07
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		747.806.339,97	680.484.944,57
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	17	580.020.540,71	478.287.072,96
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		89.481,86	16.210,72
Transferências e Delegações Concedidas	18	3.886.127.035,72	3.889.239.534,80
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	19	2.880.896.048,57	1.140.704.535,05
Tributárias		2.401.184,24	2.021.099,99
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	20	1.534.007,34	195.573.841,48
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		176.727.558,22	-591.499.802,47

Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

	NE	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		197.884.133,09	115.701.911,70
Ingressos		6.574.870.292,56	6.172.299.303,67
Receita Tributária		408.668.858,52	389.031.755,56
Receita Patrimonial		11.114.702,06	14.614.355,41
Receita de Serviços		205.542.330,83	161.738.144,32
Outras Receitas Derivadas e Originárias		273.864.698,71	513.293.224,82
Transferências Recebidas		38.583.731,94	-
Outros Ingressos Operacionais		5.637.095.970,50	5.093.621.823,56
Desembolsos		-6.376.986.159,47	-6.056.597.391,97
Pessoal e Demais Despesas		-1.967.955.261,78	-1.700.393.422,29
Transferências Concedidas		-102.050.951,70	-94.391.976,04
Outros Desembolsos Operacionais		-4.306.979.945,99	-4.261.811.993,64
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-77.712.622,62	-37.027.860,95
Ingressos		-	14.700,00
Alienação de Bens		-	14.700,00
Desembolsos		-77.712.622,62	-37.042.560,95
Aquisição de Ativo Não Circulante		-73.221.354,22	-35.330.380,71
Outros Desembolsos de Investimentos		-4.491.268,40	-1.712.180,24
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		120.171.510,47	78.674.050,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		384.660.882,61	305.986.831,86
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		504.832.393,08	384.660.882,61

Fonte: SIAFI

4. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986 e da Lei nº 10.180/2001. Além disso, estão em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

O propósito das notas explicativas é fornecer informações qualitativas, complementares às demonstrações contábeis, que expliquem variações relevantes e materiais, permitindo o controle social. Tem base na técnica da revisão analítica, cujo modelo foi desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN - como forma de padronização de apresentação das informações.

No presente relatório, estão evidenciadas as demonstrações até 31 de dezembro de 2025. Os valores constantes foram levantados a partir dos registros do Sistema Integrado de

Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e do Tesouro Gerencial (TG) e tiveram como escopo as informações consolidadas em nível de Autarquia, ou seja, englobaram as contas da sede e das unidades gestoras descentralizadas nos estados.

UNIDADE	UG	DESCRIÇÃO
Matriz	193034	INST.BRASILEIRO MEIO AMBIENTE/MATRIZ
Sede-CGFIN	193099	COORDENACAO-GERAL DE FINANÇAS - CGFIN
Sede-CGGP	193330	COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS - CGGP
Supes-AM	193100	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO AMAZONAS/AM
Supes-AL	193101	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO ALAGOAS/AL
Supes-AP	193102	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO AMAPA/AP
Supes-BA	193103	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO BAHIA/BA
Supes-CE	193104	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO CEARÁ/CE
Supes-AC	193105	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO ACRE/AC
Supes-DF	193106	SUPERINTENDENCIA DO DISTRITO FEDERAL/DF
Supes-ES	193107	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/ES
Supes-GO	193108	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE GOIÁS/GO
Supes-MA	193110	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO MARANHÃO/MA
Supes-MG	193111	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS/MG
Supes-MS	193112	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL/MS
Supes-MT	193113	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO MATO GROSSO/MT
Supes-PA	193114	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO PARÁ/PA
Supes-PB	193115	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DA PARAÍBA/PB
Supes-PE	193116	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO/PE
Supes-PI	193117	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO PIAUÍ/PI
Supes-PR	193118	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO PARANÁ/PR
Supes-RJ	193119	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RJ
Supes-RN	193120	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/RN
Supes-RO	193121	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE RONDÔNIA/RO
Supes-RR	193122	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE RORAIMA/RR
Supes-RS	193124	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/RS
Supes-SC	193125	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SC
Supes-SE	193126	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE SERGIPE/SE
Supes-SP	193129	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP
Supes-TO	193183	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE TOCANTINS/TO

A adoção de procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas nacionais, sob a mesma base conceitual, estão sendo implantados: reconhecimento, mensuração e evidência da dívida ativa, tributária e não tributária, reconhecimento, mensuração e evidência dos bens móveis e imóveis, respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável, reconhecimento, mensuração e evidência das provisões por competência, reconhecimento.

A implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (Siads) foi estabelecida pela Portaria nº 232, de 2 de junho de 2020, sendo de uso obrigatório pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, incluindo as empresas estatais dependentes. Já está em processo avançado de implantação do Siads na sede, e estão sendo iniciados os trabalhos nas Unidades Descentralizadas, tudo isso de forma manual, contando com o trabalho de vários colaboradores. São milhares de itens, compreendendo os almoxarifados e os itens de bens móveis.

Considerando que o Siads ainda não foi totalmente implantado em todas as unidades, há divergências nos saldos de depreciação dos bens móveis, decorrentes da transição dos sistemas de controle. As compatibilizações dos saldos serão providenciadas à medida que o sistema for sendo implantado.

Além disso, foram iniciados esforços para a emissão regular do RMA e RMBI pelas unidades e conciliação de saldos no Siafi.

5. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

Segundo as premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público, são apresentados a seguir os principais critérios e práticas contábeis adotados no âmbito da União:

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real, utilizada por todos os órgãos e unidades da administração pública federal direta e indireta. Os saldos em moeda estrangeira, quando existentes, são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Regime orçamentário

É utilizado o regime orçamentário misto, em conformidade com o art. 35 da Lei 4.320/64 que dispõe que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas, ou seja, aplica-se o regime de caixa para as receitas e o regime de competência para as despesas.

Demais créditos e valores a curto prazo

Estão relacionados principalmente a créditos a receber decorrentes de infrações legais e contratuais, correspondente aos valores apurados a serem encaminhadas para o órgão competente para inscrição em dívida ativa; adiantamentos concedidos a pessoal; suprimento de fundos; outros créditos a receber e valores a curto prazo relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de termos de execução descentralizada (TED), e ainda créditos por dano ao patrimônio.

Estoques

No contexto do Ibama compreendem materiais de consumo em geral, EPIs utilizados em atividades de combate ao fogo, dentre outros. São avaliados e mensurados da seguinte forma:

- (i) Na entrada, pelo custo de aquisição ou produção; e
- (ii) Na saída, pelo custo médio ponderado. Não se constitui ajuste para perda de estoques, tendo em vista que os tipos de materiais estocados e os controles existentes tornam as perdas, quando ocorrem, insignificantes.

Ativo realizável a longo prazo

Refere-se, principalmente, a dívida ativa não tributária e dívida ativa tributária.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos juros, atualizações e correções monetárias, calculados por meio do Demonstrativo de Débito do TCU, bem como são ajustados para refletir possíveis Perdas Estimadas.

Dívida ativa não tributária

O controle da Dívida Ativa não Tributária é realizado no âmbito do Ibama pelas informações do Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização – SICAFI e de informações extraídas do Painel de Informações do Serpro. Visa principalmente que o saldo total registrado no SIAFI reflita o saldo total registrado no Painel de Informações do Serpro e do SICAFI após as devidas atualizações pela taxa Selic. O controle manual individualizado das inscrições no SIAFI seria extremamente trabalhoso devido ao seu grande número. Até outubro de 2025 existiam 57.039 inscrições ativas.

Além disso, a gestão do crédito da dívida ativa não está sob controle do Ibama, sendo executado principalmente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e pela Advocacia Geral da União – AGU.

Ajustes para perdas estimadas de dívida ativa não tributária

Este índice é uma expectativa de perda dos valores inscritos em Dívida Ativa. O ajuste é calculado aplicando-se determinado percentual sobre o valor total inscrito na respectiva conta parâmetro de recebimento de valores.

O percentual de perda estimada é de 99,24%, aplicado sobre o total dos valores registrados. A estimativa foi atualizada para o exercício de 2025. O índice é uma expectativa de recebimento dos valores inscritos em Dívida Ativa, que foi calculado comparando-se o valor do efetivo recebimento aos valores inscritos na respectiva conta da seguinte forma:

Valores arrecadados referentes a dívida ativa no exercício (conta 621200000 – Receita Realizada) / pelo estoque de dívida ativa (conta 121110500 – Dívida Ativa não Tributária) * 100. Aplica-se esse cálculo para os últimos três exercícios, soma-se os quocientes encontrados e divide o resultado por 3, do resultado encontrado subtrai 100 para encontrar o percentual da estimativa de perda.

Tabela 1 - Cálculo da Estimativa de Recebimento e Perda

Exercício	Estoque Dívida Ativa	Arrecadação	(Arrecadação / Estoque) *100	Percentual / 3
2024	22.423.001.207,17	328.516.860,74	1,46509%	0,48836%
2023	20.486.465.407,76	89.483.624,34	0,43679%	0,14560%
2022	18.855.815.307,00	67.485.629,22	0,35790%	0,11930%
Estimativa de recebimento (Soma percentual/3)				0,75326%
Estimativa de perda (Soma percentual/3) - 100				99,24%

Valores em R\$

Fonte: SIAFI

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do ativo imobilizado são incorporados ao valor desse ativo desde que tais gastos possibilitem a geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas do período em que forem incorridos.

Depreciação de bens móveis

O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes. A vida útil e o valor residual desses bens seguem os critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme disposto na Macrofunção SIAFI 02.03.30.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUNet

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUNet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A

depreciação é apurada pela SPU e registrada mensalmente utilizando o Método da Parábola de Kuentzle, com base na vida útil estabelecida por laudo de avaliação, conforme disposto na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023.

Demais obrigações a curto prazo

Neste subgrupo registram-se os valores restituíveis (principalmente consignações, retenções previdenciárias, planos de previdência e assistência, retenções referentes a empréstimos e financiamentos), além de depósitos de terceiros, precatórios de terceiros e transferências financeiras a comprovar. Na conta depósitos de terceiros Inter OFSS os registros referem-se à destinação, aos Estados conveniados, da arrecadação da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), conforme art. 17-B da Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações posteriores, e Instrução Normativa - IN Ibama nº 17/2011.

6. ALTERAÇÕES DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

Atualização dos valores de Dívida Ativa não Tributária inscritos em exercícios anteriores

Foi atualizado o procedimento dos lançamentos dos ajustes do valor da Dívida Ativa não Tributária inscritos em exercícios anteriores no SIAFIWeb a partir das atualizações de maio de 2025.

Anteriormente era apurado o valor da atualização referente ao exercício corrente e realizado um lançamento e para os valores referentes a exercícios anteriores eram agregados em outros lançamentos no SIAFIWeb. Da mesma maneira ocorria com a apropriação da perda estimada sobre esses valores.

Esses valores apurados de exercícios anteriores eram registrados em contrapartida a conta de ajustes de exercícios anteriores, porém, conforme a Macrofunção 021141 - Ajuste de Exercícios Anteriores:

“O ajuste de exercícios anteriores ocorrerá pelo reconhecimento decorrente de efeitos da **mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior** e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.”

Logo, a utilização da conta de ajustes de exercícios anteriores para apropriação das atualizações de inscrições na Dívida Ativa de exercícios anteriores estaria equivocada, pois não se trata de retificação de erro ou mudança de política contábil, mas sim da apropriação da atualização do crédito inscrito em Dívida Ativa pela ocorrência do fato gerador da atualização, o transcorrer dos meses no exercício corrente.

Portanto, se o crédito foi atualizado no mês corrente pela passagem do tempo sem a devida quitação pelo devedor, entende-se que deve ser considerada uma Variação Patrimonial

Aumentativa – VPA do mês devendo transitar pela Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP conforme o regime de competência.

Esse procedimento está em conformidade com o disposto no MCASP 11ª Edição no tópico 5.2.2. Atualização Monetária, Juros, Multas e Outros Encargos:

“A atualização monetária, os juros, as multas e os outros encargos moratórios incidentes sobre os créditos inscritos em dívida ativa, previstos em contratos ou normativos legais, devem ser incorporados ao valor original inscrito **de acordo com o regime de competência.**”

Diferente seria no caso de não haver sido atualizado o saldo referente a algum mês de exercício anterior, por exemplo dezembro de 2024, nesse caso seria cabível o lançamento na conta de ajuste de exercícios anteriores, por se tratar de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, a omissão da atualização da atualização do período de dezembro de 2024.

Considerando que a conta de ajustes para perdas estimadas é resultado de uma função do saldo da conta principal de Dívida Ativa não Tributária, o reconhecimento da perda sobre as atualizações também foi trazido para o resultado do exercício.

Diante dessas mudanças podem ser verificadas variações significativas quando comparados os valores das VPA e VPD correspondentes em comparação ao mesmo período de 2024.

Baixa de valores da dívida ativa por cancelamento ou prescrição

Foi realizada uma alteração nos lançamentos das perdas efetivadas de Dívida Ativa não Tributária visando adequar os procedimentos ao disposto na Macrofunção 020342 – Ajustes de Perdas Estimadas, que dispõe que:

“5.2 – Quando a perda, de fato, ocorre, deve-se registrar a baixa do ativo em contrapartida à conta retificadora de perdas estimadas.”

A partir dos lançamentos referentes a 2025 foi realizada a baixa por cancelamento ou prescrição pelo valor proporcional ao percentual de perda estimada vigente da conta de ativo da Dívida Ativa não Tributária em contrapartida a conta retificadora e o valor residual baixado em contrapartida a VPD 39991.06.01 – Dívida Ativa não Tributária – Exclusão - Principal.

Mediante essa alteração, podem ser verificadas variações nos valores das variações patrimoniais diminutivas quando comparados aos do mesmo período de 2024.

7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Para o BP, os comparativos serão em relação ao exercício anterior (dezembro encerrado - 014/2024); portanto, para o 4º trimestre 2025 serão utilizados os valores extraídos do Balancete Dez/2025 x Balancete 014/2024.

Nota 1 – Créditos a Curto Prazo

É constituído por valores concedidos em adiantamento, que devem ter sua aplicação comprovada ou serem apropriados posteriormente em razão do regime de competência.

Em 31/12/2025, os créditos a curto prazo totalizam R\$ 60.557.689,55 sendo todo ele representado pelo item demais créditos e valores, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 2 – Composição dos Demais Créditos e Valores em R\$

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Salários e ordenados - Pagamento antecipado	1.876.720,69	1.373.951,51	36,59%	3,10%
Adiantamento concedido - Suprimento de fundos	2.837,39	8.634,48	-67,14%	0,00%
Créditos a receber de entidades federais – Intra	273.000,00	273.000,00	0,00%	0,45%
Adiantamento – Termo de execução descentralizada	58.405.131,47	70.356.369,52	-16,99%	96,45%
TOTAL	60.557.689,55	72.011.955,51	-15,91%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

AH – Análise Horizontal; AV – Análise Vertical.

Em relação aos suprimentos de fundos, a permanência de saldos ao fim do exercício ocorre quando os ajustes não foram apropriados tempestivamente. Nesse caso, os saldos são transportados para o exercício seguinte quando ocorrem os ajustes necessários.

Os adiantamentos de termos de execução descentralizada compõem a maior parcela dos demais créditos e valores, com uma participação de 96,45%.

Nota 2 - Estoques a Curto Prazo

Os estoques a curto prazo são compostos integralmente por bens de consumo em almoxarifado. Houve uma redução de 24,14%, mantendo-se condizente com o esforço para diminuição de estoque de material em almoxarifado, tendo em vista a utilização de sistema de almoxarifado virtual.

Os bens de consumo que possuem mais representatividade nos estoques a curto prazo são:

material de expediente (42,28%), material de proteção e segurança (15,80%), material de TIC (12,42%), material elétrico e eletrônico (6,18%), gêneros de alimentação (4,88%) e material de copa e cozinha (3,43%). Esses bens juntos representam 84,99% do valor total dos estoques.

Tabela 3 – Variação do Saldo de Estoques em R\$

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Estoques	612.415,49	807.335,20	-24,14%

Fonte: Siafi

AH – Análise Horizontal

Nota 3 – Ativo Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo prazo é composto principalmente por dívida ativa tributária e não tributária, sendo esta última referente em sua maioria a multas por infrações ambientais.

Foi identificada inconsistência no saldo da conta dívida ativa não tributária de dez/2024, onde constava o valor de R\$ 22.229.880.542,33. O valor total correto ao final do exercício de acordo com as planilhas gerenciais era de R\$ 22.423.001.207, representando uma subavaliação de R\$ 193.120.664,67. A inconsistência foi identificada e corrigida apenas após o fechamento do exercício, não possibilitando alterar o saldo da conta no exercício anterior, com isso o saldo que permanece no balanço patrimonial referente a 2024 está incorreto, devendo ser considerado o valor correto aqui apresentado. Fato similar ocorreu com a conta de ajuste de perdas de dívida ativa não tributária, que teve o seu saldo ajustado posteriormente.

Outro ponto de atenção é a mudança do percentual de estimativa de perdas da dívida ativa não tributária. Em 2024 era de 99,5% e passou a ser 99,24% a partir de 2025, conforme demonstrado anteriormente na Tabela 1 - Cálculo da Estimativa de Recebimento e Perda.

Os valores mais expressivos do ativo realizável a longo prazo em 31/12/2025 referem-se a dívida ativa tributária, somando aproximadamente R\$ 338,420 milhões, e a dívida ativa não tributária, somando aproximadamente R\$ 24,725 bilhões. Considerando o ajuste para perdas de créditos de longo prazo, apura-se um saldo aproximado de R\$ 296,206 milhões, resultando em uma estimativa de recebimento de 1,18% do valor total.

Um ponto a ser destacado é que a Dívida Ativa não Tributária foi atualizada apenas até outubro de 2025 conforme situação detalhada na declaração do contador.

Percentualmente a Dívida Ativa representa 99,98% do total do ativo realizável a longo prazo.

Tabela 4: Composição do Ativo Realizável a Longo Prazo em R\$

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Financiamentos concedidos a rec - Exceto fat	0,00	298.866,60	-
Dívida ativa tributária	338.420.923,12	338.420.923,12	0,00%
Ajuste de perdas de dívida ativa tributária	-230.126.227,72	-230.126.227,72	0,00%
Dívida ativa não tributária	24.725.171.044,35	22.229.880.542,33	11,22%
Ajuste perdas de dívida ativa não tributária	-24.537.259.714,41	-22.165.307.092,27	10,70%

Depósitos judiciais efetuados	3.785,60	3.785,60	0,00%
Créditos por concessão direitos uso/exploração bens	43.063,98	43.063,98	0,00%
TOTAL	296.252.874,92	173.213.861,64	71,03%

Fonte: Tesouro Gerencial

AH – Análise Horizontal

Nota 4 – Imobilizado

Bens Imóveis

Os bens imóveis totalizam R\$ 575.324.136,97 em 31/12/2025 e são distribuídos por tipo de imóveis conforme a tabela a seguir:

Tabela 5: Composição dos Bens Imóveis Consolidado em R\$

BENS IMÓVEIS	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Imóveis residenciais/comerciais	55.443.520,01	52.892.050,99	4,82%	9,64%
Edifícios	226.354.746,74	220.914.966,42	2,46%	39,34%
Terrenos/glebas	13.818.884,20	14.136.243,06	-2,25%	2,40%
Armazéns/galpões	32.160.760,63	32.160.760,63	0,00%	5,59%
Aeroportos/estacoes/aeródromos	5.994.537,99	5.994.537,99	0,00%	1,04%
Fazendas, parques e reservas	31.580.296,55	29.341.915,54	7,63%	5,49%
Ilhas	912,99	912,99	0,00%	0,00%
Complexos/fabricas/usinas	1.284.266,90	1.252.914,26	2,50%	0,22%
Salas	3.038.463,86	2.863.304,24	6,12%	0,53%
Autarquias/fundações	189.969.285,64	190.393.453,39	-0,22%	33,02%
Postos de fiscalização	837.523,42	837.523,42	0,00%	0,15%
Outros bens imóveis não registrado no SPIUNet	13.645.748,52	13.645.748,52	0,00%	2,37%
Obras em andamento	908.907,69	12.597,04	7115,25%	0,16%
Estudos e projetos	42.087,75	42.087,75	0,00%	0,01%
Instalações	920.184,91	920.184,91	0,00%	0,16%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.814.343,98	1.814.343,98	0,00%	0,32%
Depreciação acumulada - Bens imóveis	-1.696.896,99	-1.905.248,22	-10,94%	-0,29%
Amortização acumulada - Bens imóveis	-793.437,82	-793.437,82	0,00%	-0,14%
TOTAL	575.324.136,97	564.524.859,09	1,91%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

AH – Análise Horizontal; AV – Análise Vertical.

A maior alteração percentual em comparação com período anterior foi a de Obras em Andamento e se refere a construção em andamento na Superintendência do Ibama em Alagoas.

O saldo de R\$ 13.645.748,52 na conta Outros Bens Imóveis Não Registrados no SPIUNet se refere principalmente a ajuste temporário da conta Obras em Andamento, tendo o saldo dessa conta sido transferido para aquela até que seja concluída a contratação de engenheiros para emitirem laudo de reavaliação de imóveis para atualização no SPIUNet e posterior ajustes no SIAFI no prazo de 12 (doze) meses.

Bens Móveis

Os bens móveis totalizam R\$ 269.318.855,21 em 31/12/2025 e são distribuídos por tipo de móveis conforme a tabela a seguir:

Tabela 6: Composição dos Bens Móveis Consolidado em R\$

BENS MÓVEIS	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	55.966.793,46	49.873.607,03	12,22%	20,78%
Bens de informática	71.256.105,32	71.440.462,32	-0,26%	26,46%
Móveis e utensílios	39.842.853,82	32.407.099,61	22,94%	14,79%
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	8.043.858,00	8.107.454,75	-0,78%	2,99%
Veículos	91.915.094,55	87.791.034,77	4,70%	34,13%
Bens móveis em almoxarifado	46.888.224,92	230.125,64	20275,05%	17,41%
Armamentos	6.750.946,11	4.081.402,52	65,41%	2,51%
Semoventes	30,00	30,00	0,00%	0,00%
Demais bens móveis	1.914.401,41	1.361.631,80	40,60%	0,71%
Depreciação acumulada - Bens móveis	-53.259.452,38	-19.608.651,84	171,61%	-19,78%
TOTAL	269.318.855,21	235.684.196,60	14,27%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

AH – Análise Horizontal; AV – Análise Vertical.

Foram identificadas diferenças entre os controles patrimoniais e o saldo contábil dos bens móveis. A diferença total identificada considerando todas as unidades descentralizadas foi superior no Siafi no montante de R\$ 89.763.140,75. Há também superintendências em que não encaminharam a conciliação atualizada até dezembro de 2025.

Além disso, existem situações em algumas unidades em que o controle patrimonial está superior ao registrado no Siafi. Essa ocorrência pode ser visualizada resumidamente na tabela 7 a seguir:

Tabela 7: Conciliação Patrimônio x Siafi em R\$

CONCILIAÇÃO PATRIMÔNIO X SIAFI	31/12/2025
Siafi > Patrimônio	97.153.997,41
Siafi < Patrimônio	7.390.856,66
TOTAL	104.544.854,07

Fonte: Controles Internos

Sobre os bens móveis em almoxarifado, foi solicitado a conferência dos saldos contábeis com os controles patrimoniais para o serviço competente para verificar se existem bens móveis estocados ou se houve erro de preenchimento na incorporação desses bens. A partir da resposta serão reclassificados para as respectivas contas contábeis.

A variação de 171,61% na depreciação acumulada dos bens móveis se refere a conclusão da implantação do Siads em algumas unidades. Entretanto, o saldo não reflete totalmente a realidade, pois algumas unidades ainda estão no processo de implantação.

Nota 5 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Este subgrupo do balanço patrimonial é composto pelos valores restituíveis e pelas outras obrigações a curto prazo (tabelas 8 e 9). O saldo das demais obrigações a curto prazo em 31/12/2025 aumentou 26,03% em relação a 31/12/2024.

Em 31/12/2025, os valores restituíveis totalizam R\$ 142.135.039,31 conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 8: Composição dos Valores Restituíveis em R\$

VALORES RESTITUÍVEIS	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
PSSS - Vencimentos e vantagens	7.448.046,06	0,00	-	5,24%
Retenção previdenciária – FRGPS	1.251.090,06	1.306.740,38	-4,26%	0,88%
IRRF devido ao Tesouro Nacional	14.077.369,33	10.960.744,27	28,43%	9,90%
Impostos e Contribuições diversos devidos ao Tesouro	9.151.471,78	7.909.875,17	15,70%	6,44%
ISS	93.826,78	24.634,54	280,87%	0,07%
Pensão alimentícia	1.096.673,72	1.005.902,80	9,02%	0,77%
Planos de previdência e assistência médica	3.007.001,87	2.808.106,64	7,08%	2,12%
Retenções-entidades representativas de classe	182.487,54	168.594,19	8,24%	0,13%
Retenções - associações	457.702,15	356.338,84	28,45%	0,32%
Retenções - cooperativas	320.124,22	334.737,23	-4,37%	0,23%
Retenções - planos de seguros	517.357,55	391.351,10	32,20%	0,36%
Retenções - empréstimos e financiamentos	8.711.837,39	8.481.478,72	2,72%	6,13%
Serviços de processamento de dados	76.050,32	66.761,30	13,91%	0,05%
Previdência complementar servidor público federal	384.767,66	267.549,27	43,81%	0,27%
Glosa de encargos trabalhistas	53.957,95	41.144,21	31,14%	0,04%
Depósitos retidos de fornecedores - Conta Vinculada	68.974.395,71	51.292.908,29	34,47%	48,53%
Depósitos de terceiros	9.847,86	4.959,46	98,57%	0,01%
Depósitos de terceiros - Inter OFSS-estado	26.321.031,36	28.376.644,95	-7,24%	18,52%
TOTAL	142.135.039,31	113.798.471,36	24,90%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

AH – Análise Horizontal; AV – Análise Vertical

Em 31/12/2025, as outras obrigações a curto prazo totalizam R\$ 11.934.014,42 conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 9: Composição das Outras Obrigações a Curto Prazo em R\$

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Indenizações, restituições e compensações	164.386,83	164.166,76	0,13%	1,38%
Diárias a pagar	23.108,16	58.871,51	-60,75%	0,19%

Ordens bancárias canceladas	0,00	69.007,86	-	-
Fatura - Cartão de pagamento do governo federal	475,87	8.634,48	-94,49%	0,00%
Transferências financeiras a comprovar - TED	11.746.043,56	8.145.980,79	44,19%	98,42%
TOTAL	11.934.014,42	8.446.661,40	41,29%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

AH – Análise Horizontal; AV – Análise Vertical

Nota 6 – Resultados Acumulados

É formado pelo resultado do exercício, pelos resultados de exercícios anteriores e pelos ajustes de exercícios anteriores. A composição pode ser vista na tabela a seguir:

Tabela 10 – Composição dos Resultados Acumulados em R\$

RESULTADOS ACUMULADOS	31/12/2025	AV (%)
Resultado do exercício	176.727.558,22	12,83%
Resultado de exercícios anteriores	1.168.996.293,16	84,89%
Ajustes de exercícios anteriores	31.271.081,01	2,27%
TOTAL	1.376.994.932,39	100,00%

Fonte: Siafi

AV– Análise Vertical

Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Refere-se principalmente a ajustes de dívida ativa não tributária referente a exercícios anteriores. A conta possui movimentação expressiva pelo registro tanto da incorporação da atualização da dívida ativa quanto do ajuste para perdas estimadas até o lançamento de abril.

A partir do lançamento dos valores apurados em maio os ajustes de dívida ativa não tributária inscrita em exercícios anteriores transitaram pelo resultado e não mais foram registradas diretamente no patrimônio líquido. A composição dos ajustes de exercícios anteriores pode ser visualizada na tabela a seguir:

Tabela 11 – Composição da conta de ajustes de exercícios anteriores por motivos - em R\$

RESUMO	MOVIMENTO LÍQUIDO
Ajustes referentes a dívida ativa não tributária	56.160.946,77
Ajustes de depreciação e apuração especial de depreciação de bens móveis no SIADS/bens imóveis	-25.738.938,43
Ajuste de bens móveis no SIADS	550.178,50
Ajuste financiamentos concedidos na linha de crédito para custeio e comercialização da borracha safra 1994/1995	-298.866,60
Ajustes de depreciação de ativo imobilizado por reavaliação no SPIUNet	617.814,60
Ajustes diversos	-20.053,83
TOTAL	31.271.081,01

Fonte: Tesouro Gerencial

7.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

Para elaboração das notas do balanço orçamentário, considera-se a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada da despesa, que correspondem aos saldos com as alterações posteriores à previsão e fixação inicialmente consignada na LOA.

Nota 8 – Receitas Correntes

A receita realizada é o valor arrecadado até o quarto trimestre e totaliza R\$ 937.774.322,06, representando 111,04% das receitas previstas para o ano de 2025.

As maiores arrecadações da receita corrente se concentram em receita tributária (R\$ 408.668.858,52 – Realização 79,64%), em virtude da arrecadação da TCFA – Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, seguida do grupo outras receitas correntes, que ultrapassou a previsão anual atualizada em 84,55%. Tal performance se deu principalmente pelo alto recebimento valores de débitos de multas diversas, respondendo por 99,38% do arrecadado no grupo até dezembro de 2025.

Em terceiro lugar se encontra o grupo das receitas de serviços, relativas às arrecadações sobre emissão de licenciamentos diversos, tais como autorizações diversas, licença para porte de motosserra e para criadores de passeriformes amadores (R\$ 205.542.330,83 – Realização 121,80%).

Nota 9 – Resultado Orçamentário

O Balanço Orçamentário por concepção, aponta para déficit orçamentário na ordem de R\$ 1.283.721.189,26 o que não representa, fundamentalmente, um impacto negativo. As receitas vinculadas do órgão são insuficientes para equilíbrio com as despesas, sinalizando dependência do Tesouro para aportes de recursos ordinários e da seguridade social, sobretudo para as despesas com pessoal e encargos, tendo em vista que parte da fonte das programações é oriundo de receitas não arrecadadas pelo próprio órgão (como é o caso da fonte 1000, por exemplo). Esses créditos orçamentários não são evidenciados no BO, tendo em vista a metodologia definida pela STN quanto a sua elaboração, mas podem ser identificados no Balanço Financeiro, Transferências Financeiras Recebidas, nos itens dos ingressos.

Nota 10 – Despesas Correntes

As despesas correntes empenhadas atingiram o montante de R\$ 2.146.750.024,22, o que equivale a execução de 96,37% da dotação atualizada. Em relação às outras etapas da execução, 93,71% das despesas correntes empenhadas foram liquidadas e 87,05% foram pagas.

Das despesas empenhadas, 96,64% se referem a despesas correntes, sendo a maior parte referente a despesas com pessoal ativo e inativo.

7.3 BALANÇO FINANCEIRO (BF)

O cálculo do resultado financeiro pode ser verificado de duas formas. A primeira considera o total dos ingressos e dispêndios, excluindo-se o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa; já a segunda maneira considera apenas os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa inicial e final, deduzindo-se o saldo do exercício anterior (caixa final) do saldo que passa para o exercício seguinte (caixa inicial). Esta metodologia é equivalente à Geração Líquida de Caixa apresentada pela DFC.

Conforme demonstrado na Tabela 12, o resultado financeiro do período foi superavitário em R\$ 120.171.510,47.

Apesar dos valores expressivos de recebimentos e transferências financeiras deve-se atentar que parte das movimentações ocorrem entre unidades do Ibama, como, por exemplo, os sub-repasses recebidos e concedidos que se trata de descentralização interna de recursos financeiros. Ao consolidar os demonstrativos das diversas unidades gestoras, soma-se tanto os saldos de movimentações na unidade concedente e nas recebedoras.

Tabela 12 - Resultado Financeiro em R\$

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Receitas orçamentárias	937.774.322,06	1.078.692.180,11	-13,06%
(+) Transferências financeiras recebidas	4.876.176.166,74	4.209.774.999,57	15,83%
(+) Recebimentos extraorçamentários	1.107.305.333,73	1.218.021.757,46	-9,09%
(-) Despesa orçamentária	2.221.495.511,32	2.007.611.365,09	10,65%
(-) Transferências financeiras concedidas	3.846.938.535,43	3.858.177.555,03	-0,29%
(-) Pagamentos extraorçamentários	732.650.265,31	562.025.966,27	30,36%
RESULTADO FINANCEIRO	120.171.510,47	78.674.050,75	52,75%

Fonte: Siafi

AH – Análise Horizontal

Nota 11 - Deduções da Receita Orçamentária

De acordo com o MCASP 11ª Edição, as receitas orçamentárias devem ser apresentadas no Balanço Financeiro por seus valores líquidos de restituições e retificações. Os valores dessas deduções estão detalhados na tabela a seguir:

Tabela 13 – Composição das Deduções da Receita Orçamentária por Fonte em R\$

	31/12/2025	AV (%)
Restituições	10.156.604,80	97,48%

Fonte 1070000000 - Controle e fiscalização ambiental	109.124,38	1,05%
Fonte 1050000186 - Recursos próprios livres da UO - Ibama	18.903,41	0,18%
Fonte 1052000186 - Recursos livres da UO - IBAMA	41.376,69	0,40%
Fonte 1096000186 - Doações nacionais - IBAMA	9.987.200,32	95,85%
Retificações	262.736,14	2,52%
Fonte 1070000000 - Controle e fiscalização ambiental	14.429,15	0,14%
Fonte 1092000000 - Proteção ambiental em regiões impactadas pela mineração	1.057,61	0,01%
Fonte 1050000186 - Recursos próprios livres da UO - Ibama	158.544,60	1,52%
Fonte 1052000186 - Recursos livres da UO - IBAMA	72.438,10	0,70%
Fonte 1096000186 - Doações nacionais - IBAMA	16.266,68	0,16%
TOTAL	10.419.340,94	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

AV – Análise Vertical

Nota 12 - Transferências Financeiras Recebidas

A tabela 14 apresenta o detalhamento das transferências financeiras recebidas. O repasse e o sub-repasse, correspondem a 38,54% e 40,72% do valor total dessas transferências, respectivamente.

Tabela 14 – Composição das Transferências Financeiras Recebidas em R\$

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Repasse recebido	1.879.434.456,15	1.672.922.824,53	12,34%	38,54%
Sub-repasse recebido	1.985.441.577,81	1.763.528.097,25	12,58%	40,72%
Transferências recebidas para pagamento de RP	288.443.643,51	122.314.070,08	135,82%	5,92%
Demais transferências recebidas	527.545,58	879.347,15	-40,01%	0,01%
Movimentações de saldos patrimoniais	722.328.943,69	650.130.660,56	11,11%	14,81%
TOTAL	4.876.176.166,74	4.209.774.999,57	15,83%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

AH – Análise Horizontal; AV – Análise Vertical

De acordo com o MCASP - 11ª Edição:

“O **Repasse** é a descentralização dos recursos financeiros vinculados ao orçamento, recebidos anteriormente sob a forma de cota, realizada pelos órgãos setoriais da programação financeira, que os transfere para uma entidade da administração indireta a eles vinculada ou para outro órgão, secretaria ou ministério.”

“O **Sub-repasse** é a descentralização dos recursos financeiros vinculados ao orçamento, recebidos anteriormente sob a forma de cota ou repasse, realizada pelos órgãos setoriais de programação financeira, que os transfere para unidade

orçamentária ou administrativa a eles vinculadas. O sub-repasse é a movimentação interna de recursos financeiros destinados ao pagamento das despesas orçamentárias.”

Desse modo, a unidade orçamentária recebe os repasses dos órgãos superiores, que concede os sub-repasses desses mesmos recursos para as demais unidades descentralizadas do Ibama para execução de suas despesas.

Nota 13 - Transferências Financeiras Concedidas

Em relação as transferências financeiras concedidas, o sub-repasse concedido e o movimento de saldos patrimoniais representam 51,61% e 43,66% do valor total dessas transferências, respectivamente.

A tabela a seguir detalha a composição das transferências financeiras concedidas:

Tabela 15 – Composição das Transferências Financeiras Concedidas em R\$

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Repassse concedido	14.724.233,98	36.009.949,44	-59,11%	0,38%
Sub-repassse concedido	1.985.441.577,81	1.763.528.097,25	12,58%	51,61%
Repassse devolvido	75.750,00	-	-	0,00%
Transferências concedidas para pagamento de RP	166.990.098,01	73.135.234,86	128,33%	4,34%
Demais transferências concedidas	-	18.564,68	-	0,00%
Movimento de saldos patrimoniais	1.679.706.875,63	1.985.485.708,80	-15,40%	43,66%
TOTAL	3.846.938.535,43	3.858.177.555,03	-0,29%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

AH – Análise Horizontal; AV – Análise Vertical

7.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Para a demonstração das variações patrimoniais, os comparativos são em relação ao mesmo trimestre no exercício anterior; dessa forma, para o 4º trimestre de 2025, serão utilizados os valores extraídos dos Balancete dez/2025 x Balancete dez/2024.

O resultado patrimonial em 31/12/2025 foi positivo no valor de R\$ 176.727.558,22.

Nota 14 – Transferências e Delegações Recebidas

As transferências e delegações recebidas representam 54,62% do total das variações patrimoniais aumentativas em 31/12/2025 no montante aproximado de R\$ 4,946 bilhões. Trata-se em sua maior parte de transferências financeiras recebidas para execução do orçamento e

transferências recebidas para execução dos restos a pagar. Inclui-se nesse valor as transferências recebidas oriundas de sub-repasses que são uma forma de descentralização interna de valores financeiros.

Nota 15 - Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

A valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos representa 25,62% do total das variações patrimoniais aumentativas em 31/12/2025 no montante aproximado de R\$ 2,319 bilhões.

O subitem mais significativo é o de outros ganhos com incorporação de ativo, totalizando R\$ 2.288.438.638,40, referindo-se principalmente a dívida ativa não tributária. A grande variação nesse subgrupo contábil se deve principalmente pelo aumento das inscrições de créditos na dívida ativa não tributária. Houve alteração dos procedimentos de registro dos ajustes do valor de dívida ativa inscrita em exercícios anteriores atualizados no exercício corrente mensalmente, conforme explicado anteriormente no tópico de alterações de práticas contábeis. Atualmente esses ajustes estão sendo registrados na conta contábil 4.9.9.9.1.06.99 – Dívida Ativa não Tributária – Outros.

Tabela 16 - Composição da Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos em R\$

VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Reavaliação de bens imóveis	0,00	6.106.488,04	-	-
Ganhos com alienação de bens móveis	132.091,80	204.370,35	-35,37%	0,01%
Ganhos com incorporação de ativos apreendidos	60,00	260,00	-76,92%	0,00%
Outros ganhos com incorporação de ativo	2.288.438.638,40	670.183.465,88	241,46%	98,65%
Outros ganhos com incorporação de ativo - Intra OFSS	16.904.177,78	54.397.570,81	-68,92%	0,73%
Ganhos com desincorporação de passivos	4.052,50	6.030,90	-32,80%	0,00%
Ganhos com desincorporação de passivos - Intra OFSS	14.389.242,28	12.976.096,44	10,89%	0,62%
TOTAL	2.319.868.262,76	743.874.282,42	211,86%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

AH – Análise Horizontal; AV – Análise Vertical

Nota 16 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

As outras variações patrimoniais aumentativas apresentaram um crescimento de 32,60% no final do exercício de 2025 em comparação ao valor registrado no mesmo período de 2024. Um fator relevante para o aumento do item foi a utilização da conta dívida ativa não tributária – Outros para registrar as atualizações da dívida ativa não tributária inscrita em exercícios anteriores a partir de julho de 2025.

Por outro lado, as variações patrimoniais aumentativas oriundas do recebimento de multas administrativas apresentaram um declínio de 49,05% frente ao valor registrado no fechamento do período anterior (31/12/2024).

Tabela 17 - Composição das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas em R\$

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Multas administrativas	430.682.797,58	845.290.686,21	-49,05%	43,18%
Indenizações	791.277,50	511.255,90	54,77%	0,08%
Restituições	1.825.846,55	1.787.536,07	2,14%	0,18%
VPA decorrente de fatores geradores diversos	16.397,18	108.100,05	-84,83%	0,00%
Dívida ativa não tributária - Principal	-34.199.454,69	-95.609.828,40	-64,23%	-3,43%
Dívida ativa não tributária – Outros	598.185.982,16	-	-	59,98%
TOTAL	997.302.846,28	752.087.749,83	32,60%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

AH – Análise Horizontal; AV – Análise Vertical

Nota 17 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

No grupo de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, os itens que possuem mais representatividade em relação ao valor total registrado são: serviços transportes, passagem, locomoção e hospedagem – PJ (36,03%), serviços de apoio administrativo, técnico e operacional (28,53%), serviços técnicos profissionais (10,92%), diárias (10,76%) e consumo de materiais estocados – almoxarifado (7,06%). Eles somados representam 93,30% do valor total do grupo.

Tabela 18 - Composição do Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo em R\$

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Consumo de materiais estocados - Almoxarifado	40.946.667,35	33.600.416,82	21,86%	7,06%
Consumo de softwares de base	90,58	0,00	-	0,00%
Consumo de combustíveis e lubrificantes	14.440,19	72.412,74	-80,06%	0,00%
Consumo de gêneros de alimentação	632.286,46	588.355,60	7,47%	0,11%
Consumo de material de processamento de dados	26.854,39	31.879,87	-15,76%	0,00%
Consumo de material Farmacológico	28.835,00	8.182,51	252,40%	0,00%
Consumo de material hospitalar	0,00	2.675,50	-	0,00%
Material de consumo imediato	30.229,96	0,00	-	0,01%
Consumo de material de uso duradouro	38.349,41	0,00	-	0,01%
Diárias	62.416.876,41	67.084.496,71	-6,96%	10,76%
Serviços técnicos profissionais - PF	1.181.290,16	632.453,10	86,78%	0,20%
Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional - PF	0,00	3.023,14	-	0,00%
Locações e arrendamentos - PF	403.836,21	426.359,59	-5,28%	0,07%
Serviços educacionais e culturais - PF	982.880,64	859.871,25	14,31%	0,17%
Sentenças judiciais - Serviços terceiros - PF	20.586,45	24.515,12	-16,03%	0,00%
Serviços técnicos profissionais	63.352.138,14	54.460.115,34	16,33%	10,92%
Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	165.463.756,67	126.150.191,15	31,16%	28,53%
Serviços comunicação, gráfico e audiovisual	6.525.435,65	6.214.991,47	5,00%	1,13%
Serviços transportes, passagem, locomoção e hospedagem - PJ	209.005.841,85	160.789.209,18	29,99%	36,03%
Serviços administrativo - PJ	2.825.123,78	1.864.265,70	51,54%	0,49%
Serviços assistenciais - PJ	13.700,00	23.100,00	-40,69%	0,00%
Serviços de confecções - PJ	13.260,34	245.515,00	-94,60%	0,00%
Serviços água e esgoto, energia elétrica, gás e outros - PJ	8.646.584,34	9.282.948,95	-6,86%	1,49%

Locação e arrendamento mercantil operacional	9.109.205,34	13.597.551,40	-33,01%	1,57%
Serviços educacionais e culturais - PJ	47.061,98	47.704,00	-1,35%	0,01%
Sentenças judiciais - Serviços terceiros - PJ	6.135,85	0,00	-	0,00%
Fornecimento de alimentação	26.642,00	2.700,00	886,74%	0,00%
Seguros em geral	272.840,95	103.992,87	162,37%	0,05%
Serviços comunicação, gráfico e audiovisual - PJ - Intra	32.811,82	48.145,02	-31,85%	0,01%
Depreciação de bens móveis	7.557.039,52	1.731.823,11	336,36%	1,30%
Depreciação de bens imóveis	399.739,27	390.177,82	2,45%	0,07%
TOTAL	580.020.540,71	478.287.072,96	21,27%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

AH – Análise Horizontal; AV – Análise Vertical

Nota 18 – Transferências e Delegações Concedidas

As transferências e delegações concedidas representam 43,76% do total das variações patrimoniais diminutivas em 31/12/2025 no montante aproximado de R\$ 3,886 bilhões. Trata-se principalmente de transferências concedidas a nível de sub-repasse para as unidades gestoras e movimento de saldos patrimoniais, que em sua maioria são recursos transferidos automaticamente pela parametrização dos códigos de GRU, por exemplo, acordos de cooperação para arrecadação de TCFA com os estados.

Nota 19 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos representa 32,44% do total das variações patrimoniais diminutivas em 31/12/2025.

O subitem mais significativo é o de ajuste para perdas em dívida ativa não tributária, totalizando R\$ 2.779.311.853,30 em 31/12/2025, com um aumento de 420,54% em relação ao mesmo período no ano anterior. Essa variação foi explicada no tópico de alteração de práticas contábeis.

Um outro ponto relevante é a redução de 91,02% no subitem referente a desincorporação de ativos. Isso deve-se ao fato de que ano de 2024 ocorreu baixa de imóveis de uso especial no SPIUNET na Superintendência do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 486.545.020,50.

Tabela 19 - Composição Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos em R\$

DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Reavaliação de bens imóveis	3.707.881,99	0,00	-	0,13%
Ajuste para perdas em dívida ativa não tributária	2.779.311.853,30	533.928.615,86	420,54%	96,47%
Perdas Involuntárias de bens móveis	469.676,72	150.330,77	212,43%	0,02%
Incorporação de passivos	17.989.305,05	13.767.789,05	30,66%	0,62%

Desincorporação de ativos	50.561.915,68	562.739.874,64	-91,02%	1,76%
Desincorporação de ativos - Intra OFSS	28.855.415,83	30.117.924,73	-4,19%	1,00%
TOTAL	2.880.896.048,57	1.140.704.535,05	152,55%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

AH – Análise Horizontal; AV – Análise Vertical

Nota 20 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Houve uma redução de 99,23% neste grupo motivado principalmente pela alteração do procedimento de contabilização da dívida ativa não tributária. Anteriormente, quando existia a efetivação da perda, era realizada a baixa do ativo em contrapartida a uma variação patrimonial diminutiva. Atualmente, apenas o valor residual da perda estimada é tratado como VPD e o valor anterior registrado como perda estimada é baixado em contrapartida a respectiva conta retificadora.

Tal mudança se justifica pelo disposto na Macrofunção SIAFI 020342 - Ajustes para Perdas Estimadas em seu item 5.2:

“Quando a perda, de fato, ocorre, deve-se registrar a baixa do ativo em contrapartida à conta retificadora de perdas estimadas.”

Tabela 20 - Composição das Outras Variações Patrimoniais Diminutivas em R\$

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Multas Administrativas	5.746,49	147,21	3.803,60%	0,37%
Multas Administrativas - Intra OFSS	2.304,49	-	-	0,15%
Indenizações	86.749,29	101.614,37	-14,63%	5,66%
Restituições	233.989,89	99.118,77	136,07%	15,25%
Dívida ativa não tributária - Exclusão - Princ	1.205.217,18	195.372.961,13	-99,38%	78,57%
TOTAL	1.534.007,34	195.573.841,48	-99,22%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

AH – Análise Horizontal; AV – Análise Vertical